



24^o Congresso Brasileiro de
PERINATOLOGIA
de 26 a 29 de setembro de 2018
Natal • RN

Trabalhos Científicos

Título: Incidência De Parceiros De Gestantes Tratados Para Sífilis Atendidas Em Maternidade De Campina Grande –Pb No Ano 2017

Autores: WALDENEIDE FERNANDES DE AZEVEDO (UNIFACISA), PATRICIA RACHEL SODRÉ LACERDA, MÔNICA LOUREIRO CELINO RODRIGUES, JÚLIA DE AZEVEDO JACOBINA, JÉSSICA MARIANA PINTO DE SOUZA, PALOMA MIRELLA SANTOS FONSECA, ANNA GABRIELA LACERDA SANTOS, RAFAEL COSTA CALIXTO, ANDRYA LOPES PRAXEDES, JOSÉ VITOR DE LIMA REINALDO, ALEXIOSMAR DE COSTA SOUSA, PEDRO THIAGO SIMÕES FERREIRA

Resumo: Introdução: A informação do tratamento concomitante da parceria sexual das gestantes com sífilis para classificação do seu tratamento como adequado, passou a ser desconsiderada a partir de norma do ministério da saúde de 2017. Objetivos: Analisar o comportamento epidemiológico da sífilis congênita em maternidade de referência no estado da Paraíba no ano de 2017, através da incidência do tratamento do parceiro. Métodos: Estudo retrospectivo, transversal e de caráter epidemiológico, com análise dos prontuários de 163 gestantes diagnosticadas com sífilis durante a gestação no ano de 2017. Os dados elegíveis foram coletados a partir da ficha de notificação padrão e organizados em planilha do Microsoft® Excell. Resultados: Após análise dos dados das 163 gestantes com sífilis na gestação, em relação aos parceiros: 25 parceiros (15,3) foram tratados adequadamente, 51 parceiros (31,3) não tratados e 87 parceiros (53,4) ignorado/em branco. Conclusão: O estudo indicou que o percentual dos parceiros tratados foi de 15,3. Segundo boletim epidemiológico do Ministério da Saúde de 2017, no Brasil, em 62,2 dos casos o parceiro não foi tratado, 15,2 fizeram tratamento e para 22,6 dos casos essa informação é ignorada/em branco. O teste sorológico e o tratamento presuntivo do parceiro sexual são essenciais para evitar a reinfeção e a transmissão para o feto. O baixo percentual de parceiros tratados representam uma falha de saúde pública já que o rastreamento de contato e tratamento é o principal método de controle da transmissão da sífilis nas comunidades. Em decorrência da implementação da nova norma é provável que essas proporções se modifiquem.